

economia

Aeroporto Salgado Filho deve reabrir só em dezembro

Equipes da concessionária já começaram a fazer a limpeza do complexo

/ AVIAÇÃO

Patrícia Comunello

patriciacomunello@jornaldocomercio.com.br

O Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, poderá ser reaberto e voltar a ter voos na segunda quinzena de dezembro deste ano. Ontem, o aeroporto completou um mês fechado devido à inundação histórica. A projeção de prazo foi feita pelo ministro extraordinário de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta, após ser validada pela concessionária Fraport Brasil, de capital alemão, durante vistoria na pista do Salgado Filho.

Na manhã de hoje, a concessionária entrega oficialmente a Pimenta, no escritório da pasta na Capital, o plano de trabalho das ações para a reabertura do complexo e que foram apresentadas na agenda desta segunda.

O complexo tinha, em média, 150 voos diários, antes da paralisação completa. A inspeção foi dirigida pela CEO da Fraport Brasil, Andreea Pal, nas áreas do Salgado Filho, com participação ainda da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), do Tribunal de Contas da União (TCU), da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e de representantes do Estado e da Assembleia Legislativa.

“Se tudo der certo e se os impactos não forem tão profundos como se espera, podemos ter o aeroporto funcionando em dezembro”, disse o ministro, com a chancela da avaliação feita pelo comando da Fraport. Mesmo a reativação, caso ocorra em seis meses, não deve ser na capacidade total anterior à tragédia climática.

Pimenta afirmou, após a vistoria, que a Fraport passou informa-



CRISTIANO GUERRA/DIVULGAÇÃO/JC

Vistoria reuniu ontem autoridades federais, estaduais e da concessionária

ções sobre o começo da limpeza, testes de solo e prazo. “É uma prioridade acompanhar e fazer com que o aeroporto possa funcionar no menor tempo possível”, destacou o ministro. Pimenta também comentou que será preciso que o Ministério de Portos e Aeroportos e Fraport avancem nas tratativas sobre as questões para “restabelecer o equilíbrio do contrato da concessão”. “Mas isso não pode ser impeditivo. Que o trabalho seja acelerado, que avance na limpeza, sondagem, reconstrução”, cobrou Pimenta.

A Fraport informou que começou nesta segunda-feira a limpeza no complexo e avaliação sobre o impacto da água na pista, processo que deve levar 45 dias. Além disso, a concessionária já acionou seguradoras que já fazem exame das condições da operação, buscando cobertura de danos.

Em nota, a empresa descreveu que a “limpeza consiste em uma ampla varredura em toda a extensão das pistas, taxiways e pátios de aeronaves para a retirada de entulhos e detritos”. Os danos e valores para recuperação ou reposição de equipamentos atingidos

pela inundação, desde esteiras de bagagens, sistemas de orientação de aproximação de voos e outros instrumentos, ainda não foram dimensionados, disse a empresa.

“Foram iniciados os testes e as sondagens para avaliação da resistência do solo, desde a compactação até a pavimentação, para que tecnicamente seja possível afirmar os impactos causados pelo acúmulo de água durante as últimas semanas”, explicou a Fraport. A estimativa é detalhar as necessidades de intervenções na pista até início de julho.

O coordenador da Frente de Aviação Regional da AL-RS, o deputado estadual, Frederico Antunes, observou que o prazo vai depender da questão técnica e do acerto com a União. Nesta terça-feira, tem novo encontro entre Pimenta e Fraport para dar seguimento às conversas.

“A CEO informou que fornecedores de alguns equipamentos contatados deram 120 dias para entregar alguns itens. Vamos pedir ao governo federal mais à frente para entrar nisso e ver como encurtar o caminho”, adiantou Antunes.

Piratini cobra solução entre governo federal e Fraport Brasil

O governador gaúcho, Eduardo Leite, voltou a falar sobre o andamento das tratativas para a recomposição da operação. “É muito importante que o governo (federal) construa uma solução junto à concessionária para dar segurança sobre o reequilíbrio”, reforçou o che-

fe do Piratini.

“Há projeção de que podem chegar a R\$ 1 bilhão os investimentos necessários para restabelecer o aeroporto”, projetou Leite, defendendo que é preciso reabrir o aeroporto o “quanto antes”: “É ponto crítico no Estado”, alertou.



CONTINUE COOPERANDO COM O RS

Contribua via PIX do Instituto Unicred:

instituto-rs@unicred.com.br

UNICRED



Gerson Anzzulin
atencaonoseguro@gmail.com

Atenção no seguro

INFORME PUBLICITÁRIO

O produto seguro em relação às enchentes

O Rio Grande do Sul foi assolado pelas enchentes durante o mês de maio. Levantamento feito pela Confederação Nacional das Seguradoras, entre 28 de abril e 22 de maio de 2024, apontou que a população atingida registrou 23.441 avisos de sinistros, somando R\$ 1,673 bilhão em indenizações. Este tema será abordado nessa entrevista com o vice-presidente da Região Sul da Federação Nacional dos Corretores de Seguros, Ricardo Pansera.



FOTO RICARDO PANSERA/DIVULGAÇÃO FENACOR

Ricardo Pansera: “A tragédia no RS impactará as taxas de seguros no país”

- Neste momento de crise no Rio Grande do Sul, qual a orientação aos detentores de apólices de seguros?

É importante ter a assessoria do corretor de seguros. Ele é o profissional que vai orientar e defender o cliente em todas as situações necessárias para ter o bem reposto.

- As maiores procuras por indenizações referem-se aos seguros residencial e habitacional. Quais as diferenças entre estes dois produtos?

O habitacional é um seguro obrigatório. Todo financiamento pelo Sistema Financeiro da Habitação tem o patrimônio financiado garantido pelo seguro DFI (Danos Físicos ao Imóvel). Este produto cobre qualquer dano ao imóvel, inclusive os oriundos de enchentes, alagamentos e inundações. O patrimônio pessoal, como roupas, móveis e eletrodomésticos, estão descobertos. Já o seguro residencial tem amplitude de garantia. Geralmente as pessoas contratam a cobertura básica (incêndio, raio e explosão). Existe a possibilidade da contratação de coberturas opcionais, como as de danos elétricos, responsabilidade civil e danos causados pela natureza. Em relação a este item, ficam compreendidas as coberturas para vendaval, furacão, ciclone, granizo e tornado. Alagamento e inundação não estão previstos, sendo considerada cobertura acessória que deve ser contratada à parte.

- No seguro empresarial a questão alagamento também deve estar prevista na apólice para que ocorra a indenização?

Vale a mesma regra do seguro residencial. É pouco comum nas apólices de seguro empresarial a inclusão da cobertura de alagamento e inundação.

- E os veículos danificados pelas enchentes? O seguro auto cobre os danos ou a perda total?

Quem tem seguro total, com coberturas de colisão, incêndio e roubo, está garantido. Na cobertura casco, compreende-se os danos causados pela natureza. Todos esses veículos que ficaram submersos na água estão sendo atendidos e têm coberturas. As seguradoras estão prestando um excelente serviço e antecipando as indenizações. Isto ocorrerá à medida que o corretor de seguros registre e informe o local do veículo submerso à companhia.

- A tragédia no Rio Grande do Sul vai impactar o custo do produto seguro no país?

O Estado representa 8% da arrecadação de seguro do país, sendo o 4º no ranking de produção. Estamos próximos de R\$ 2 bilhões em indenizações e existe uma previsão de chegar a R\$ 7 bilhões. Isto certamente vai impactar as taxas de seguros no país em função das dimensões dos prejuízos ocasionados pela catástrofe climática.

ACOMPANHE AS NOVIDADES DO MERCADO SEGURADOR.

Assine nossa newsletter diária. Mande email para sindsegrs@sindsegrs.com.br

Nos siga nas redes sociais:

